

A INFLAÇÃO DE ALIMENTOS, OS LIMITES DA POLÍTICA MONETÁRIA E A PEC 65

Apresentação

A inflação voltou ao centro do debate econômico em 2026, sobretudo devido à alta dos alimentos, que continua pressionando o orçamento da classe trabalhadora.

Embora o índice geral de preços permaneça relativamente controlado, diversos produtos essenciais mantêm valores muito superiores aos observados antes da pandemia, resultado de fatores como eventos climáticos extremos, instabilidade geopolítica, aumento das exportações de *commodities* e concentração de mercados. Nesse contexto, compreender as causas da inflação torna-se fundamental para definir as políticas capazes de enfrentá-la sem comprometer o crescimento econômico, o emprego e a renda. Essa reflexão é particularmente relevante, dado que diferentes diagnósticos sobre a origem da inflação conduzem a distintas estratégias de política econômica e a concepções diversas sobre o papel do Estado e das instituições responsáveis pela estabilidade monetária.

A partir dessa perspectiva, o texto analisa os limites da política monetária baseada predominantemente na elevação da taxa de juros e apresenta o debate em torno da PEC 65 (Proposta de Emenda à Constituição), que amplia a autonomia financeira e administrativa do Banco Central. Mais do que uma mudança institucional, a

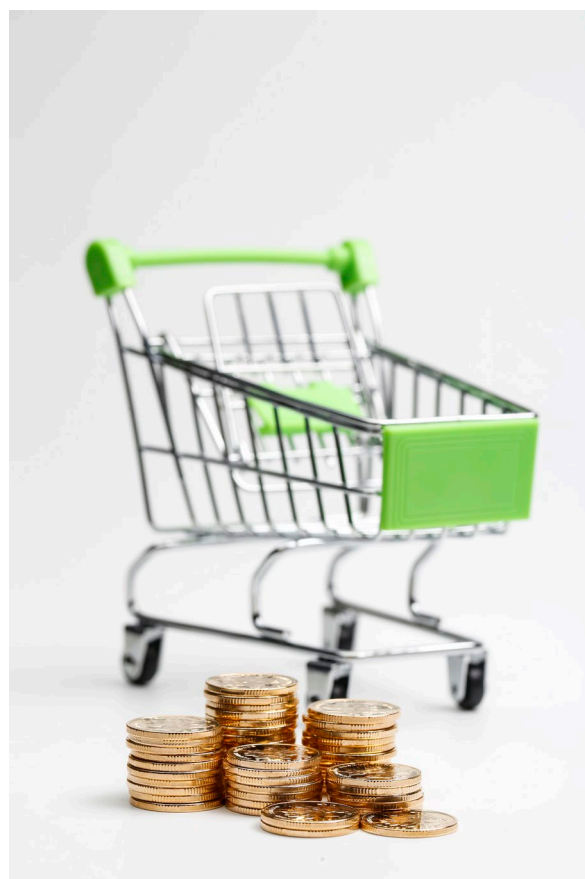


Imagem: [Xb100](#) em Freepik

proposta suscita questões sobre quem define a política monetária, quais interesses deve priorizar e quais podem ser os impactos sobre o crédito, o investimento, o financiamento das políticas públicas e as condições de vida da classe trabalhadora.

A inflação de alimentos e a mudança do patamar dos preços

A taxa de inflação oficial do país fechou 2025 com alta acumulada de 4,26%, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que representa a inflação das famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos, encerrou o ano com variação de 3,90%, enquanto o grupo *alimentos e bebidas* aumentou 2,95% e o subgrupo alimentos no domicílio cresceu 1,43%.

Em 2026, a inflação de alimentos tem sido mais intensa. Entre janeiro e maio, o IPCA teve alta de 3,20%, enquanto o grupo *alimentos e bebidas* registrou variação de 4,81% e os preços dos alimentos consumidos no domicílio aumentaram 5,68%. Esses percentuais mostram que os preços dos alimentos passaram a subir em ritmo superior ao da inflação média, pressionando principalmente o orçamento das famílias de menor renda. A desagregação do IPCA por classe de renda indicou que, até maio de 2026, a inflação das famílias de renda muito baixa foi de 3,46%, 0,63 pontos percentuais a mais do que a das famílias de renda muito alta (2,83%). A inflação de alimentos acentua a desigualdade e coloca as famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade, obrigando-as a escolher entre pagar as contas dos serviços básicos ou comprar alimentos.

TABELA 1
IPCA desagregado por faixa de renda
Brasil, maio de 2026 (%)

Faixa de renda	Maio 2026	Janeiro a maio de 2026
IPCA	0,58	3,20
Renda muito baixa	0,83	3,46
Renda baixa	0,74	3,42
Renda média-baixa	0,64	3,29
Renda média	0,50	3,14
Renda média-alta	0,44	3,04
Renda alta	0,38	2,83

Fonte: Ipea. Carta de Conjuntura

Elaboração: DIEESE

Mais do que a elevação recente dos preços, chama a atenção uma mudança que se observa desde a pandemia: diversos alimentos básicos passaram a operar em novo patamar de preços. Em muitos casos, choques de oferta elevaram significativamente valores de produtos e, mesmo após a normalização parcial da produção e do

abastecimento, os preços não retornaram aos níveis anteriores. Isso ajuda a explicar por que a percepção da inflação pelas famílias permanece elevada, mesmo quando o índice geral se mantém próximo da meta.

Choques de oferta correspondem a eventos que alteram a disponibilidade ou os custos de produção de bens e serviços. No caso dos alimentos, diversos fatores atuam simultaneamente. A intensificação dos eventos climáticos extremos tem provocado perdas de produção, alterações no calendário agrícola e redução da área cultivada. A previsão de atuação do fenômeno El Niño, por exemplo, já influencia as decisões dos produtores, que reduzem investimentos, adiam plantios e diminuem a área semeada, pressionando a oferta futura.

Outro elemento importante é o cenário internacional. A instabilidade geopolítica no Oriente Médio elevou o preço dos fertilizantes e aumentou os custos de produção ao longo de toda a cadeia agrícola. Essa situação expõe uma vulnerabilidade estrutural da agricultura brasileira, fortemente dependente da importação de fertilizantes para sustentar a produção. Ao mesmo tempo, a maior inserção do Brasil no mercado internacional de *commodities* faz com que oscilações dos preços internacionais sejam transmitidas com maior intensidade ao mercado doméstico. Como resultado, a produção agropecuária torna-se mais sensível às variações cambiais, às crises geopolíticas e às flutuações nos mercados globais de insumos, com reflexos diretos sobre os custos de produção, os preços dos alimentos e a segurança alimentar do país.

A conjugação desses fatores ajuda a explicar por que a inflação dos alimentos apresentou comportamento superior ao índice geral de preços nos últimos anos, afetando de forma mais intensa o orçamento das famílias brasileiras.

Os preços da cesta básica no município de São Paulo ilustram claramente uma mudança estrutural. Entre maio de 2019 e maio de 2026, diversos produtos registraram aumentos significativamente superiores à inflação acumulada no período.

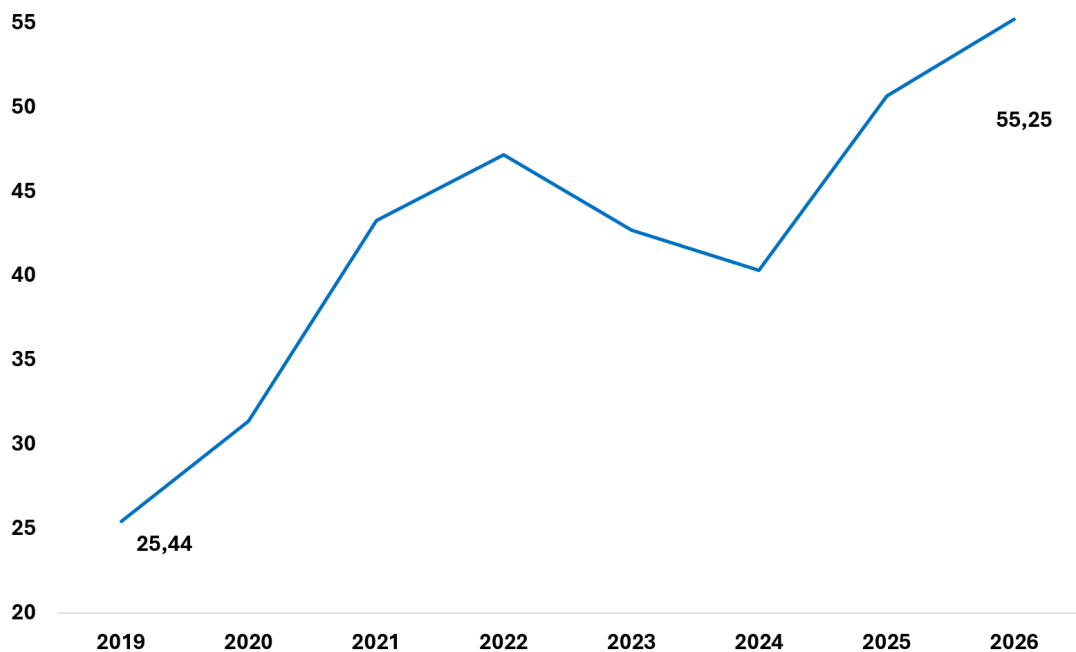
TABELA 2
Preços médios nominais dos produtos da cesta básica (R\$ correntes)
Município de São Paulo, maio de 2019 a maio de 2026

Maio	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha de trigo	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar refinado	Óleo de soja	Manteiga
2019	25,44	3,95	6,73	2,86	3,77	5,68	7,48	12,52	19,16	6,67	2,16	3,34	43,20
2020	31,38	4,31	7,30	2,95	4,66	6,36	6,16	13,34	21,60	7,36	2,38	4,11	45,35
2021	43,28	4,87	6,67	4,37	4,60	4,64	6,07	14,11	23,68	7,38	3,00	7,83	48,85
2022	47,20	5,92	8,30	4,04	5,80	8,17	9,37	16,71	40,22	8,87	4,27	10,49	59,45
2023	42,73	6,94	9,24	4,53	6,94	7,01	10,27	17,77	40,44	10,98	4,14	7,53	66,85
2024	40,33	6,54	7,55	5,88	6,04	11,07	11,66	18,26	41,22	13,00	4,57	6,30	69,30
2025	50,66	6,91	7,10	5,67	6,10	8,15	11,31	19,24	72,34	12,61	4,93	7,77	74,10
2026	55,25	7,10	9,38	4,45	5,26	10,04	13,60	19,78	62,68	12,41	3,93	8,07	69,50
Var 2026/2019	117,18	79,75	39,38	55,59	39,52	76,76	81,82	57,99	227,14	86,06	81,94	141,62	60,88

Fonte: DIEESE

A carne bovina de primeira, por exemplo, passou de R\$ 25,44 para R\$ 55,25 o quilo, o que representa 117,18% de aumento. Além dos fatores climáticos, os altos volumes exportados, as oscilações dos custos de produção e, sobretudo, a elevada concentração econômica em três ou quatro grandes empresas dificultou a redução dos preços aos trabalhadores.

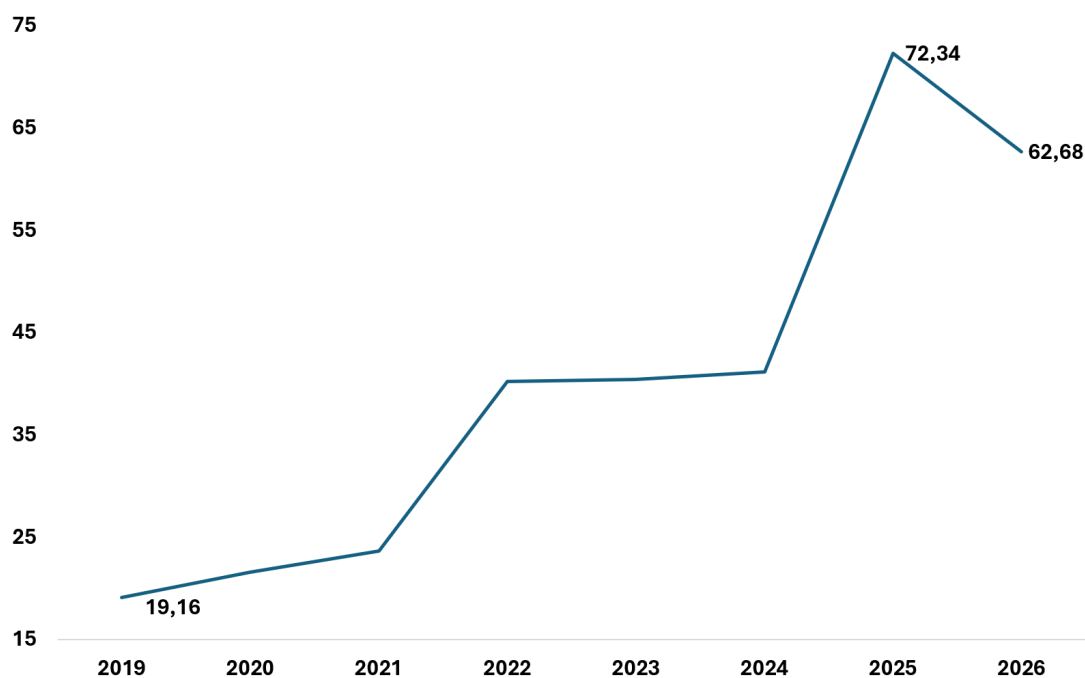
Gráfico 1
Evolução do preço da carne – Maio de 2019 a maio de 2026



Fonte: DIEESE

Já o café em pó teve acréscimo de 227,14% no período, com aumentos expressivos em 2022 e 2025, devido principalmente à especulação no mercado financeiro internacional, à alta sensibilidade das expectativas em relação ao futuro da safra e às sanções americanas. Outra importante commodities é a soja e o óleo de soja que aumentou, entre 2019 e 2016, 141,62%, em razão da utilização do óleo nos biocombustíveis, do maior volume de exportação e da especulação nas bolsas do valor da soja.

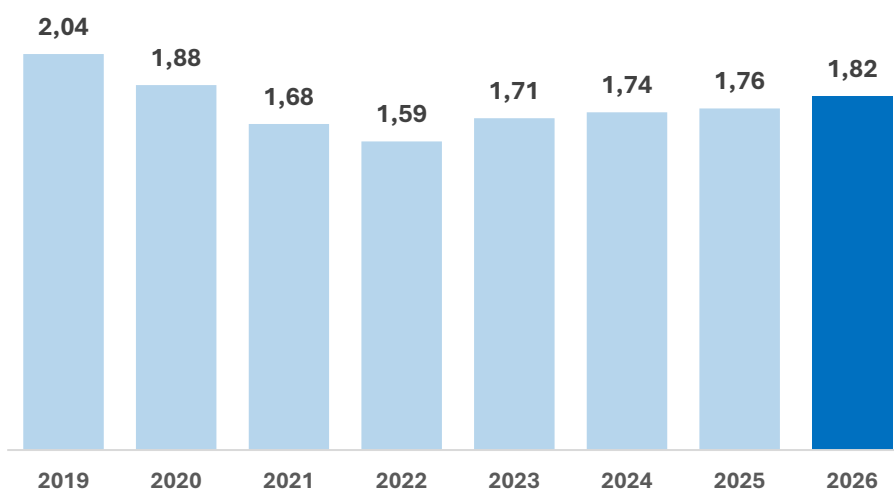
Gráfico 2
Evolução do preço do café – Maio de 2019 a maio de 2026



Fonte: DIEESE

Enquanto a inflação do período, segundo o IPCA, acumulou 62,03%, a alimentação no domicílio registrou alta de 96,42%. Os efeitos desse processo refletem-se diretamente no poder de compra dos trabalhadores. Em 2019, um salário mínimo permitia adquirir, em média, cerca de duas cestas básicas na cidade de São Paulo. Após a interrupção da política de valorização do salário mínimo e a aceleração dos preços dos alimentos, essa relação caiu significativamente, atingindo os menores níveis em 2021 e 2022. A retomada da política de valorização permitiu recuperar parte desse poder de compra, porém, até maio de 2016, um salário mínimo ainda adquiria apenas 1,82 cesta básica, patamar inferior ao observado no período anterior à pandemia.

Gráfico 3
Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo em São Paulo
Média Anual de 2019 a 2026



Fonte: DIEESE

Obs.: Em 2026, média até maio

Nesse cenário, é estratégico o papel dos estoques públicos reguladores, que, juntamente com a capacidade operacional da Conab e dos recursos destinados à Política de Garantia de Preços Mínimos, foram reduzidos ao longo da última década, o que diminuiu a capacidade de intervenção do Estado para atenuar oscilações de preços e assegurar o abastecimento. Embora a Conab tenha adotado uma política de recomposição desde 2023, a recuperação total exige tempo, investimentos e ampliação da infraestrutura de armazenagem, processo que ocorre de forma gradual, com alcance ainda insuficiente para exercer, em toda a potencialidade, a função de estabilizar preços, garantir o abastecimento interno e reduzir a volatilidade dos alimentos diante de choques climáticos ou internacionais.

Os limites da política monetária

A persistência de uma inflação fortemente influenciada por fatores de oferta também recoloca o debate sobre os instrumentos utilizados para controlá-la. No Brasil, a política monetária, conduzida pelo Banco Central, continua a ser a principal resposta à inflação, com a taxa Selic como principal instrumento. A lógica é conhecida: juros mais elevados reduzem o consumo e o investimento, desacelerando a atividade econômica e, conseqüentemente, a pressão sobre os preços.

Entretanto, quando a alta dos preços decorre de fatores climáticos, geopolíticos, logísticos ou pela valorização internacional das *commodities*, a eficácia dessa política

torna-se mais limitada. A elevação dos juros, ao contrário, encarece o crédito para produtores e empresas, reduz o investimento, desestimula a expansão da produção e pode reforçar restrições de oferta.

Para a classe trabalhadora, os efeitos dessa estratégia são concretos. Juros elevados significam maior comprometimento da renda das famílias com financiamentos e empréstimos, menor capacidade de consumo e menores estímulos ao investimento produtivo e à geração de emprego de qualidade. Além disso, o aumento do gasto público com juros reduz o espaço fiscal para investimentos em saúde, educação, infraestrutura e outras políticas públicas essenciais.

Por isso, o debate sobre o controle inflacionário não deveria se restringir exclusivamente ao uso da taxa de juros. Existem outros instrumentos que podem integrar uma estratégia mais ampla de estabilidade econômica e contribuir para reduzir pressões inflacionárias de forma mais permanente, como controle cambial, fortalecimento da infraestrutura pública, fortalecimento de estoques reguladores, ampliação e planejamento da capacidade produtiva e revisão de mecanismos de indexação de preços. É nesse contexto que ganha importância o debate sobre a autonomia do Banco Central e sobre as mudanças institucionais propostas pela PEC nº 65.

A PEC 65 e a autonomia financeira do Banco Central

A Lei Complementar nº 179, de 2021, já havia ampliado a autonomia operacional do Banco Central. Aprovada durante a pandemia de covid-19, a legislação estabeleceu mandatos fixos para o presidente e os diretores da instituição desvinculados do mandato do presidente da República, reforçando, segundo esta proposta, a independência na condução da política monetária.

Esse movimento ganhou novo impulso em 2023, com a apresentação da PEC 65, atualmente em tramitação no Senado Federal. Representantes do mercado financeiro, diretores da autarquia e parlamentares alinhados com a pauta de controle de gastos, defensores da PEC, afirmam que ela garantirá autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central, permitindo maior flexibilidade administrativa, modernização tecnológica, melhoria da gestão de pessoas e maior segurança jurídica para o exercício das funções. A justificativa da proposta sustenta que a autoridade monetária não deve depender das restrições orçamentárias impostas ao restante da administração pública para executar as atribuições que cabem a ela.

Entretanto, os efeitos da PEC vão muito além das questões administrativas. A proposta altera profundamente a natureza jurídica do Banco Central, que deixaria de funcionar como autarquia federal para se tornar uma instituição de natureza especial sob

a forma de empresa pública, categoria inédita na administração pública brasileira¹. Também estaria desvinculado de qualquer ministério ou órgão da administração pública, dispondo de autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira. O Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), associações de servidores públicos, Centrais Sindicais e amplo grupo de economistas, críticos ao projeto, argumentam que as mudanças reduzem mecanismos tradicionais de controle sobre uma instituição que exerce funções típicas de Estado, como a regulação, a supervisão e a fiscalização do sistema financeiro, ainda que a PEC mantenha o Congresso Nacional com o papel de fiscalizar o BC, com auxílio do Tribunal de Contas da União

A proposta também modifica o regime de contratação dos servidores. Os futuros funcionários deixariam de ingressar por meio do regime estatutário e passariam a ser contratados sob as regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Como consequência, perderiam a estabilidade característica das carreiras de Estado, enquanto a política remuneratória poderia deixar de observar os limites hoje aplicados ao funcionalismo público federal.

Essas alterações compõem uma proposta mais ampla de autonomia financeira, sustentada por dois pilares principais: a criação de fontes próprias de financiamento e a redefinição da governança do Banco Central.

O primeiro pilar refere-se às receitas de senhoriagem², correspondentes aos ganhos obtidos pela autoridade monetária com a emissão de moeda, que atualmente são destinados ao Tesouro Nacional. Pela PEC, essas receitas passariam a financiar diretamente o Banco Central. Os defensores argumentam que esse modelo é utilizado por diversos bancos centrais ao redor do mundo e garantiria autonomia financeira permanente à instituição.

No entanto, essa proposta é alvo de críticas. Segundo estimativas do economista Pedro Paulo Zahluth Bastos, os ganhos de senhoriagem geraram, entre 2017 e 2025, receita média anual de aproximadamente R\$ 23,4 bilhões³. Para o autor, a transferência desses recursos poderá produzir impactos fiscais relevantes, elevando a dívida pública. Caso essas projeções se confirmem, a medida representará uma das mais significativas

¹ No texto original, o Banco Central se tornaria uma empresa pública.

² Receita obtida pelo governo ou o Banco Central pelo monopólio da emissão de moeda.

³ Ver artigos: <https://portal.sinal.org.br/publicacoes/a-pec-65-e-o-banco-central-nao-e-so-uma-questao-fiscal/>. Nota Técnica promovida pela FES e Transforma: <https://transformaeconomia.org/o-banco-central-entre-a-autonomia-republicana-e-a-apropriacao-patrimonial/>. Aula promovida pelo Instituto de Economia da Unicamp: <https://portal.sinal.org.br/publicacoes/a-pec-65-e-o-banco-central-nao-e-so-uma-questao-fiscal/>

alterações fiscais em discussão atualmente no Congresso Nacional, razão pela qual Bastos a classificou como “apropriação patrimonial de receita pública”⁴.

O segundo pilar da proposta envolve mudanças na governança institucional. Ao deixar de seguir parte das regras aplicáveis às autarquias e à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Banco Central passaria a dispor de maior autonomia para definir o próprio orçamento e a própria política de remuneração e estrutura administrativa.

Esse aspecto também merece atenção, pois o Banco Central exerce funções típicas de Estado, como supervisão e fiscalização do sistema financeiro e o poder regulatório sobre os bancos e demais instituições financeiras. Nesse contexto, a flexibilização das regras administrativas e a redução dos mecanismos tradicionais de controle podem ampliar situações de conflito de interesses.

Também suscita preocupação a substituição do regime estatutário pelo celetista. Os defensores da PEC argumentam que a medida permitirá atrair profissionais mais qualificados e reduzir a evasão de quadros técnicos⁵. Por outro lado, críticos observam que a perda da estabilidade pode ampliar a vulnerabilidade dos servidores responsáveis pela fiscalização do sistema financeiro a pressões externas, comprometendo a independência funcional necessário aos exercícios dessas atividades.

As mudanças propostas também podem alterar os incentivos que orientam a condução da política monetária. O Banco Central brasileiro já figura entre os mais independentes do mundo, alcançando índice de 0,78 em escala de zero a um, próximo aos observados no Reino Unido (0,92) e nos Estados Unidos (0,88)⁶. A ampliação da autonomia financeira e administrativa tende a reforçar ainda mais a influência do setor financeiro sobre os processos decisórios.

Nessa linha, economistas críticos à proposta divulgaram manifesto destacando três preocupações principais: a apropriação dos recursos de senhoriação; o enfraquecimento dos mecanismos democráticos de controle institucional; e os incentivos de autofinanciamento criados pela própria proposta⁷.

O debate, contudo, ultrapassa os aspectos jurídicos e administrativos, relacionando-se à forma como são tomadas as decisões de política monetária. Para a classe trabalhadora, essas escolhas influenciam diretamente o custo do crédito, a geração dos empregos, o investimento produtivo, o financiamento de políticas públicas e, em última instância, a distribuição da renda.

⁴ Ver <https://transformaeconomia.org/wp-content/uploads/2026/06/NT24-PT.pdf>

⁵ Ver <https://newblogs.correiobraziliense.com.br/blog-da-rosana-hessel/14-entidades-saem-em-defesa-de-gabriel-galipolo-e-da-pec-65/>

⁶ Ver <https://transformaeconomia.org/wp-content/uploads/2026/06/NT24-PT.pdf>

⁷ Ver <https://www.change.org/p/manifesto-contra-a-pec-da-autonomia-financeira-do-banco-central>

Nesse contexto, é imprescindível que se amplie a participação de diferentes segmentos da sociedade na formulação da política monetária, incorporando representantes do setor produtivo e do mundo do trabalho aos espaços de debate econômico. A PEC 65, portanto, não trata apenas da gestão administrativa do Banco Central. Ela redefine aspectos importantes da relação entre Estado, sistema financeiro e política monetária, produzindo efeitos que atingem toda a sociedade.

Ao final, permanecem duas questões fundamentais: a quem beneficia a ampliação da autonomia financeira do Banco Central? E autonomia de quem, para quem?



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP
Vice-presidente – Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP
Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP
Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias
Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP
Diretor Executivo – Ednilson Rossato
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA
Diretora Executiva – Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica
Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta
Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto
Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

Cristina Pereira Vieceli
Gustavo Monteiro
Patrícia Costa
Patrícia Pelatieri
Ricardo Tamashiro